lex DESIGN

Tudo que você precisa saber sobre *Visual Law* & IA

Dicas, dados e casos reais de aplicação e Inteligência Artificial aplicada em documentos.

Edição 2026 com IA e Lex Studio



Copyright © 2026 Todos os direitos reservados

Sumário

PARTE 1 - VISUAL LAW NA PRÁTICA

Introdução 03

O que Visual Law não é 04

Onde o Visual Law faz diferença 06

Case Leroy Merlin CASE 08

Resultados e ROI 10

PARTE 2 - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

IA como apoio 12

Design e Tech 13

Onde a IA ajuda num projeto de Visual Law 14

Os cuidados com a IA e o que a regra já diz 17

Case: jurisprudência inventada pela IA CASE 18

Para usar IA com segurança 20

PARTE 3 - LEX STUDIO

IA com método 21

O ciclo do documento 23

Resultados de quem já usa CASE 24

Considerações finais 26

Sobre os criadores e fontes 27

Introdução

Nos últimos anos, o Visual Law ganhou espaço no mercado jurídico.

Surgiu como inovação, foi associado à modernidade e rapidamente passou a fazer parte do discurso de escritórios e departamentos jurídicos. Com isso, também vieram dúvidas, exageros e interpretações equivocadas sobre o que essa abordagem realmente significa.

Com o tempo, a discussão amadureceu e a pergunta deixou de ser se o Visual Law é tendência e passou a ser se ele gera resultado.

Este material nasce da experiência prática da Lex Design em projetos reais e de reflexões compartilhadas em uma mentoria realizada com profissionais do mercado jurídico. O objetivo aqui é organizar o que aprendemos na prática e falar sobre mitos, limites, aplicações e impacto concreto.

NESTA EDIÇÃO

E como essa conversa não para, nesta atualização a gente também fala de um tema que entrou de vez na nossa rotina: **a inteligência artificial.** Vamos ver onde ela ajuda de verdade e quais regras já existem para o seu uso no jurídico. No fim, mostramos como levamos tudo isso para o dia a dia com o **Lex Studio.**

O QUE VISUAL LAW NÃO É

Bom, para iniciar essa discussão é muito importante já começarmos com um mito que foi surgindo a respeito da abordagem do Visual Law que é:

> *“Visual Law é deixar o documento bonito.”*

Esse mito que tem se espalhado no mercado tem gerado confusão sobre a verdadeira essência do Visual Law. É crucial entender que ele não se resume à estética; não se trata de aplicar cores, ícones ou ilustrações de forma superficial ou aleatória. Além disso, Visual Law não significa simplificar o conteúdo a ponto de comprometer o rigor técnico. O que muda é a forma como ele é estruturado e apresentado.

Visual Law também não exige que advogados se tornem designers ou que designers substituam o olhar jurídico. **O que faz diferença é a atuação multidisciplinar.**

É muito comum ouvirmos a palavra “design” e associar à estética, à beleza. Mas design sem função vira arte e não é isso que o design propõe.

VISUAL LAW NÃO É

× Aplicar cores, ícones ou ilustrações de forma aleatória

× Simplificar o conteúdo a ponto de perder o rigor técnico

× Exigir que advogados virem designers

VISUAL LAW É

→ Estruturar e apresentar a informação para quem vai ler

→ Manter o rigor técnico com uma forma mais clara

→ Unir olhar jurídico e design numa atuação multidisciplinar

O QUE VISUAL LAW NÃO É

Design é uma abordagem estratégica, não estética.

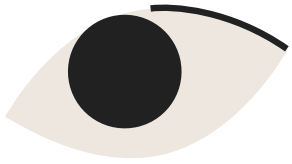
O design se concentra na resolução de problemas complexos e na criação de soluções inovadoras e, acima de tudo, funcionais. Nos últimos anos ele tem experimentado um aumento de visibilidade, reconhecimento e, consequentemente, relevância em praticamente todos os setores da atividade humana. Longe de ser apenas uma questão estética, **o design, em sua essência, representa uma abordagem estratégica e centrada no ser humano para abordar desafios e otimizar experiências.**

Essa valorização não se restringe aos domínios tradicionalmente associados, como o desenvolvimento estético ou interfaces digitais. O design thinking e suas metodologias demonstram ser universalmente aplicáveis, e é natural que essa ferramenta de estruturação encontre terreno fértil no universo jurídico.

O setor legal, muitas vezes percebido como conservador e resistente a mudanças, começa a reconhecer o potencial do design para tornar os processos mais claros, os documentos mais acessíveis e a experiência do usuário (cidadãos, clientes e até mesmo profissionais do direito) mais eficiente e compreensível. O Legal Design e o Visual Law surgem, assim, como campos de intersecção para a modernização da justiça e da prática jurídica.

A ORIGEM

E essa foi a ideia de **Margaret Hagan**, quando juntou seu grupo de pesquisa e percebeu do que o direito precisava. Ele precisava acompanhar as mudanças do mundo e, principalmente, resolver problemas que estavam o acompanhando há muito tempo.



ONDE O VISUAL LAW REALMENTE FAZ DIFERENÇA?

O Visual Law se aplica a qualquer situação com atrito na comunicação, abrangendo desde contratos comerciais, políticas internas, regulamentos, compliance e contencioso estratégico até relatórios executivos e comunicação interna.

- Contratos comerciais
- Políticas internas
- Regulamentos
- Compliance
- Contencioso estratégico
- Relatórios executivos
- Comunicação interna

SINAIS DE QUE EXISTE UMA OPORTUNIDADE

Sempre que um documento:

01 provoca dúvidas recorrentes

02 exige explicações em excesso

03 gera um impacto negativo no negócio

há uma oportunidade para aprimorar a forma de comunicar.

Além disso, o Visual Law estabelece uma conexão mais forte com o usuário. A criação de soluções (e a comunicação é uma delas) que dialogam, proporcionam experiências e evoluem junto com o público torna todo o processo mais simples e fluido.

LIMITES E FOCO NO USUÁRIO

O limite é sempre o usuário.

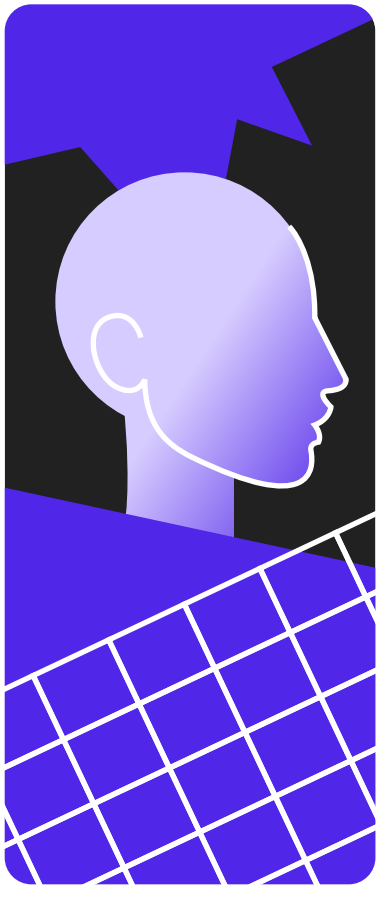
Claro que o Visual Law tem limites. A solução precisa respeitar a realidade de quem irá ler o documento. Pensa comigo:

SE O PÚBLICO É APOSENTADO

De que adianta criar uma super política gamificada, cheia de elementos modernos e tecnológicos?

SE O LEITOR É DA GERAÇÃO Z

De que adianta um documento robusto, cheio de juridiquês, pensado para os magistrados, se o leitor assiste a vídeos de 60 segundos em velocidade acelerada no celular?



O limite é justamente o entendimento do seu usuário e a forma que vamos construir essa solução em seu contrato, política, defesa, termos e condições e por aí vai.

ANTES DE DESENHAR, RESPONDA

→ Quem vai ler este documento?

→ Em que contexto e por qual canal ele chega?

→ O que essa pessoa precisa entender, decidir ou fazer depois de ler?

O seu usuário precisa ser seu ponto central.

CASE

Leroy Merlin

Contrato de venda e instalação de painéis fotovoltaicos



Um dos exemplos discutidos na mentoria foi o projeto realizado com a Leroy Merlin.

A abordagem começou com mapeamento de dores, entendimento do perfil do usuário e redesenho da comunicação. Nesse ponto entendemos que o foco estava na **funcionalidade**.

RESULTADOS

+84%
nas vendas

Menos
ações judiciais

NPS
o melhor da indústria de varejo

Além do resultado comercial, o projeto melhorou a percepção da experiência do cliente. Tudo isso aplicando o Visual Law de forma estratégica e prática.

CASE LEROY MERLIN

Imagine esta situação

Você decide investir em energia sustentável e vai a uma loja de material de construção para comprar painéis fotovoltaicos para sua casa. O preço oferecido é bom, e a empresa se encarrega da entrega e instalação. Ótimo, negócio fechado, certo?

No entanto, antes de finalizar a compra, você recebe por e-mail um contrato de prestação de serviços em PDF. São 15 páginas, em fonte Times New Roman, tamanho 11, justificado. Você mal consegue entender a seção sobre o "objeto do contrato", que está cheia de termos técnicos e jargões que não fazem parte do seu vocabulário cotidiano.

Você questiona o vendedor, que precisa explicar cada cláusula, e mesmo assim se sente desconfiado por não ter certeza de que o que está sendo dito é exatamente o que está escrito. Cansado do processo, você desiste da compra.

O PROBLEMA

Embora pareça um caso isolado, é uma realidade comum. Muitos clientes se frustravam com a complexidade do contrato e com a leitura cansativa, o que levava ao cancelamento da compra. **Isso era um empecilho para o cliente, para o negócio e para a relação entre eles.**

A SOLUÇÃO

Reformulamos a estrutura do contrato e mudamos para uma linguagem simples e clara. Criamos elementos visuais para dar suporte ao conteúdo, uma **navegação fácil** e uma **linha do tempo** para diminuir a ansiedade da pessoa leitora.

Os resultados mostraram impacto além do esperado, com **aumento de 84% nas vendas**, redução de ações judiciais e melhora na percepção da experiência do cliente, recebendo o melhor NPS da indústria de varejo.

RESULTADOS E ROI

A medição do impacto do Visual Law não é apenas uma etapa final, mas um processo contínuo e essencial que começa na fase de concepção do projeto e se estende muito após a entrega da solução.

Durante a jornada do projeto, existe uma fase marcada por um **processo de testes de usabilidade e compreensão.** O desenvolvimento de uma solução de Visual Law (seja um contrato visual, um fluxo de trabalho, um termo de uso, ou material de treinamento) só é validado após a realização de testes com usuários reais. Esses testes, que simulam o contexto de uso, são projetados para medir:

01. **Clareza e compreensão:** o quão fácil é para o usuário final entender a informação jurídica.

02. **Usabilidade:** a facilidade de navegação e interação com o material.

03. **Adesão:** a probabilidade de o usuário seguir as orientações ou regras apresentadas.

A validação só é aceita com **notas acima de 8 em uma escala de 10 nesses indicadores.** E se não alcançarmos essa nota? A gente entende os comentários e refaz até que o projeto seja validado.

MONITORAMENTO PÓS-IMPLEMENTAÇÃO E ROI

Após a entrega e implementação da solução, a equipe de Customer Success (CS) assume um papel parceiro na coleta de métricas e na análise contínua dos resultados.

O retorno do investimento (ROI) em Visual Law se manifesta em diversas áreas para a saúde financeira e operacional de uma organização. A coleta e análise de dados são a base para comprovar esses resultados, que incluem:

Área de Impacto	*Métricas chave*	*Detalhamento do benefício*
Contencioso e Resolução de Disputas	Aumento da taxa de êxito em contenciosos e redução do volume de litígios.	Contratos e documentos visuais mais claros resultam em menos ambiguidades, fortalecendo a posição legal da empresa em eventuais disputas. A clareza documental serve como forte prova material.
Eficiência Contratual	Redução no tempo de negociação de contratos (ciclo de assinatura) e diminuição do número de cláusulas renegociadas.	A simplificação visual do texto complexo acelera a compreensão e a tomada de decisão das partes, diminuindo o lead time contratual e liberando tempo dos advogados.
Treinamento e Integração (Onboarding)	Economia de horas dedicadas a treinamentos jurídicos obrigatórios e redução no custo de compliance.	Materiais de treinamento (políticas, códigos de conduta) transformados em formatos visuais (infográficos, vídeos curtos) são absorvidos mais rapidamente, otimizando o tempo dos colaboradores e instrutores.
Governança e Conformidade	Maior adesão a políticas internas e procedimentos operacionais padronizados (POPs).	O design atrativo e a clareza instrutiva elevam o engajamento e a memorização das regras, diminuindo a incidência de não conformidade e falhas operacionais.
Produtividade Operacional	Melhoria na eficiência operacional dos times envolvidos (Jurídico, RH, Vendas, etc.).	Acesso facilitado à informação jurídica essencial e processos mais intuitivos reduzem o número de consultas internas ao departamento jurídico, permitindo que a equipe legal se dedique a tarefas mais estratégicas.
Experiência do Cliente (CX) e Reputação	Aumento da satisfação do cliente (NPS) e redução de reclamações relacionadas a termos e condições.	A transparência e a facilidade de interação com documentos legais melhoram a percepção de marca, fortalecendo a confiança e a fidelidade.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO APOIO

A Inteligência Artificial chegou para mudar mesmo a forma como a gente trabalha. E não usá-la no nosso dia a dia parece uma perda de tempo né?

Embora a IA seja extremamente útil, devemos usá-la com cautela, especialmente ao lidar com dados sensíveis e considerando as possíveis "alucinações" (informações incorretas ou inventadas) da tecnologia. Afinal, pedir à IA para melhorar um documento já confuso e desorganizado pode resultar em um ciclo vicioso, onde ela se baseia no texto problemático, aumentando ainda mais a complexidade. É o que chamamos de "enxugar gelo".

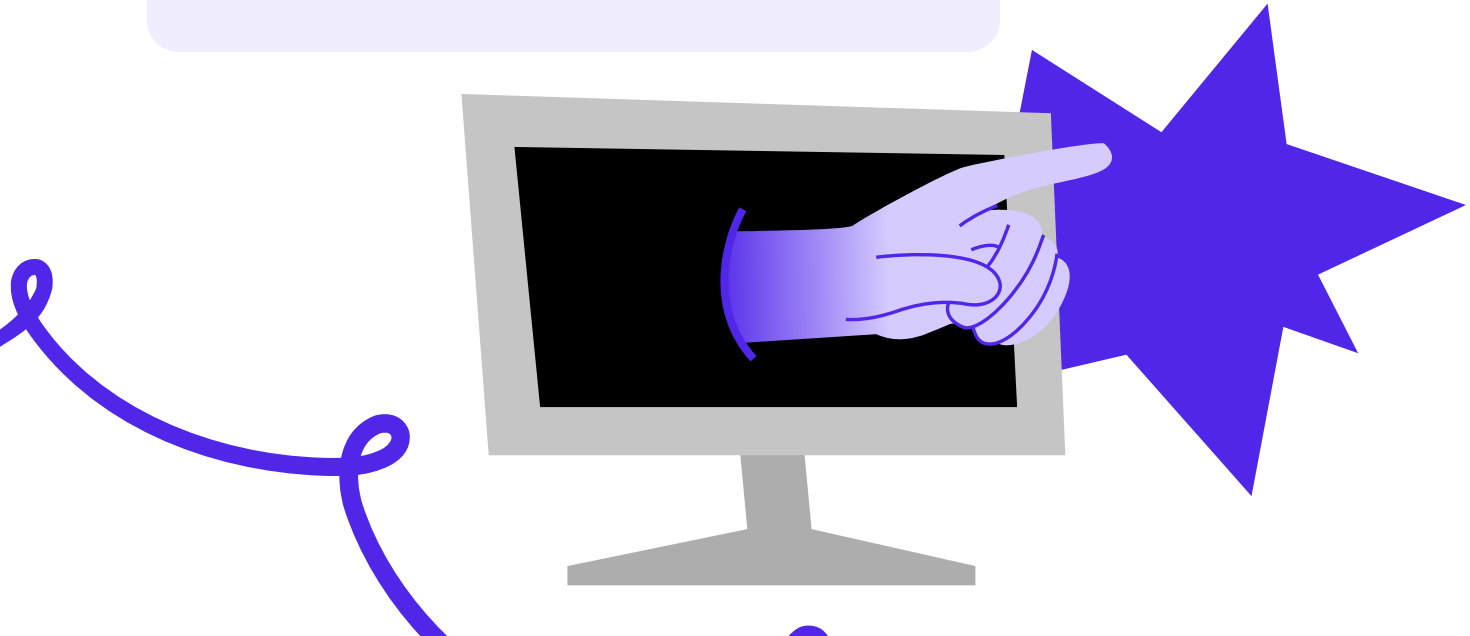
Ela pode sim auxiliar na organização do texto, estruturação de informações e validação de clareza. No entanto, ela não substitui análise jurídica nem responsabilidade técnica.

O uso consciente da tecnologia acelera processos mais monótonos, mas mesmo assim não dispensa a análise humana.

Ela também pode entrar como uma ferramenta de análise e condensação de dados, interpretação de ruídos e um parceiro na melhoria de atividades do dia a dia.

O QUE MUDOU DE LÁ PRA CÁ

O uso de IA no jurídico avançou bastante, e com ele vieram **regras e até multas.** Por isso, nas próximas páginas a gente aprofunda esse tema.



COMO A GENTE ENXERGA ESSA RELAÇÃO

Design e Tech

Antes de entrar na prática, vale deixar claro como a gente enxerga essa relação. Na Lex, todo projeto se apoia em dois pilares que caminham juntos:

PESSOAS

Design

Soluções endereçadas para resolver os problemas das pessoas e **não os nossos problemas.**

\+

IA

Tech

Uso de tecnologia para escalar as operações jurídicas, mas **sem retirar o insight humano.**

Pessoas
definem o problema e o leitor

→

IA
dá escala ao trabalho

→

Pessoas
validam o conteúdo jurídico

A IA entra para dar escala ao trabalho. **As decisões sobre o que o usuário precisa e sobre o conteúdo jurídico continuam com as pessoas**, e é esse equilíbrio que guia as próximas páginas.

NA PRÁTICA

Onde a IA ajuda num projeto de Visual Law

Se a IA já faz parte da rotina, a pergunta passa a ser outra: em que momento ela ajuda de verdade na produção de um documento? Pela nossa experiência, ela pode entrar em todas as etapas de um projeto de Visual Law, **desde que cada uma termine com uma decisão humana.**

Nos cartões a seguir, você vê o que dá para delegar, o que fica com você e um exemplo de pedido para cada fase.

Diagnóstico → Estratégia → Criação → Validação → Publicação

01 Diagnóstico

COMO A IA AJUDA

Lista termos técnicos, frases longas e cláusulas repetidas. Agrupa as dúvidas que chegam ao SAC ou ao time comercial.

O QUE CONTINUA HUMANO

Entrevistar usuários e definir quem é o leitor.

EXEMPLO DE PEDIDO

"Liste as 10 dúvidas que um consumidor sem formação jurídica teria ao ler este contrato e indique a cláusula de origem de cada uma."

ONDE A IA AJUDA

02 Estratégia

COMO A IA AJUDA

Propõe estruturas alternativas e indica onde cabem tabela, linha do tempo ou fluxograma.

O QUE CONTINUA HUMANO

Escolher a estrutura pensando no usuário e no risco jurídico.

EXEMPLO DE PEDIDO

"Proponha duas ordens de seções para este termo, começando pelo que o leitor precisa saber para decidir."

03 Criação

COMO A IA AJUDA

Reescreve em linguagem simples a partir de um glossário aprovado e sugere títulos e resumos.

O QUE CONTINUA HUMANO

Conferir o sentido jurídico e aplicar o padrão visual.

EXEMPLO DE PEDIDO

"Reescreva a cláusula 7 em frases de até 20 palavras, sem alterar obrigações, prazos ou valores. Liste o que mudou."

ONDE A IA AJUDA

04 Validação

COMO A IA AJUDA

Monta o roteiro do teste de compreensão e organiza as respostas.

O QUE CONTINUA HUMANO

Aplicar o teste com pessoas reais e aprovar só com nota acima de 8.

EXEMPLO DE PEDIDO

"Crie 8 perguntas de compreensão sobre este documento, com a resposta correta e a seção onde ela está."

05 Publicação e acompanhamento

COMO A IA AJUDA

Compara versões e analisa dúvidas e reclamações depois do lançamento.

O QUE CONTINUA HUMANO

Decidir os ajustes e manter o padrão nas próximas versões.

EXEMPLO DE PEDIDO

"Compare as versões 3 e 4 e liste toda mudança que afete obrigação, prazo ou valor."

REPARA

A IA vai muito bem no trabalho de **linguagem e estrutura.** Já o **entendimento do usuário e a responsabilidade pelo conteúdo** continuam com as pessoas.

REGRAS E RESPONSABILIDADE

Os cuidados com a IA e o que a regra já diz

Lembra das alucinações e do “enxugar gelo” que comentamos lá atrás? Eles continuam sendo os principais cuidados, e alguns já viraram regra.

MARCO LEGAL DA IA NO BRASIL

O Brasil ainda não tem uma lei geral de IA. O PL 2338/2023, o marco legal da IA, segue em tramitação.

Dezembro de 2024
Aprovado no Senado

→

Próximo passo
Votação na Câmara, prevista para depois das eleições de outubro de 2026

Acompanhe a tramitação do PL 2338/2023 ↗

Mesmo assim, **a OAB, o CNJ e os tribunais já deixaram claro o que esperam de quem usa IA:**

OAB

Recomendação 001/2024

Revisão humana de tudo que a IA gera, sigilo dos dados e comunicação ao cliente, com consentimento.

Saiba mais ↗

CNJ

Resolução 615/2025

Proíbe IA externa com dados sigilosos sem anonimização e pede que o cidadão seja informado em linguagem simples.

Ler a resolução ↗

TRIBUNAIS

CPC, arts. 77, 80 e 81

Dever de veracidade em juízo e multa por litigância de má-fé, inclusive quando o erro veio da IA.

Veja os casos na próxima página →

CASE

Quando a IA inventa um precedente

Você está fechando um recurso e pede para a IA uma jurisprudência que sustente a sua tese. Em segundos, ela entrega um julgado do STJ com número, relator e tudo. Parece perfeito, certo?

Só que esse julgado não existe.

TJ/PR · JUNHO DE 2026

2%

do valor atualizado da causa

O precedente citado não estava na base oficial do STJ. O advogado não conseguiu provar que ele existia e acabou multado.

Leia no Migalhas ↗

TST, 6ª TURMA · MARÇO DE 2026

1% + 1%

do valor da causa, para a empresa e para o advogado

Uma empresa de telecomunicações e o seu advogado foram multados pelo mesmo motivo, e o caso foi enviado à OAB e ao Ministério Público Federal.

Leia no ConJur ↗

Em nenhum dos dois casos o argumento de que "foi a IA que errou" livrou alguém.

O CPC (arts. 77, 80 e 81) prevê o dever de veracidade em juízo e multa por litigância de má-fé, e a **Recomendação 001/2024 da OAB** exige revisão humana de tudo que a IA gera.

O QUE A GENTE SEMPRE RECOMENDA

Os quatro cuidados

01

Alucinação

É o caso que acabamos de contar. **Toda lei, súmula ou julgado sugerido pela IA precisa ser conferido na base oficial** antes de entrar no documento.

Risco: multa e responsabilização

02

Dados expostos

Colar um contrato com nomes, valores e CPFs numa ferramenta aberta pode fazer com que esses dados sejam guardados ou usados para treinar o modelo. A OAB pede sigilo e um fornecedor que permita não usar os dados para treinamento, e a Resolução 615/2025 do CNJ proíbe IA externa com dados sigilosos sem anonimização. A LGPD vale para qualquer dado pessoal.

Regra: OAB, CNJ e LGPD

03

Enxugar gelo

Pedir para a IA melhorar um documento confuso costuma devolver o mesmo documento confuso, só que com outras palavras. Aqui não tem multa, mas **o leitor continua sem entender.**

Risco: retrabalho sem ganho de clareza

04

Falta de padrão

O mesmo pedido gera respostas diferentes a cada vez. Pensa num time de dez advogados usando IA cada um do seu jeito: **cada contrato sai com uma estrutura e um visual diferentes.**

Risco: perda de padrão e de escala

UM DETALHE CURIOSO

A própria regra pede Visual Law

A OAB pede que o uso de IA seja comunicado ao cliente num documento escrito, com linguagem clara e acessível, e com consentimento assinado. O CNJ também exige que o cidadão seja informado sobre o uso de IA em linguagem simples, que dê para entender sem ser especialista.

Ou seja, **o termo de uso de IA de um escritório é exatamente o tipo de documento em que o Visual Law faz diferença.**

Afinal, se o cliente não entende o que está autorizando, de que vale esse consentimento?

PARA USAR IA COM SEGURANÇA

- [ ] Defina numa política interna as ferramentas aprovadas e os usos permitidos
- [ ] Contrate fornecedores que não usem os seus dados para treinamento
- [ ] Troque dados reais por marcadores, como [CLIENTE], [VALOR] e [DATA], e nunca cole segredo de justiça ou informação estratégica sem anonimizar
- [ ] Descreva o leitor e entregue o padrão: um glossário aprovado e um trecho de exemplo valem mais que qualquer instrução de estilo
- [ ] Peça para a IA listar o que mudou em cada reescrita, para facilitar a revisão
- [ ] Confira toda lei, súmula ou julgado na base oficial do tribunal antes de usar
- [ ] Avise o cliente por escrito, em linguagem clara, e colete o consentimento
- [ ] Registre quem usou IA e em qual documento

Repara que os quatro cuidados têm a mesma origem: **a IA recebe um pedido sem regras.** Quando o documento já tem um usuário definido e um padrão validado, ela passa a trabalhar dentro de limites, e aí o ganho de tempo aparece sem perder qualidade.

PARTE 3

Studio

Powered by Lex Design

IA com método

O checklist ajuda, mas depende da disciplina de cada pessoa. O glossário fica numa pasta, os exemplos em outra, e cada advogado monta o pedido do seu jeito. Num time grande, o padrão tende a se perder.

Foi pensando nisso que a gente criou o Lex Studio.

O Lex Studio leva para a rotina dos times o mesmo método que a Lex Design aplica nos projetos de consultoria, **com a IA trabalhando dentro de regras definidas.**

Para quem já fez um projeto de Visual Law com a gente, o Studio é a segunda etapa. O padrão validado com os usuários passa a ser a base de cada documento novo, sem depender de quem está editando.

lexstudio.ai ↗

LEX STUDIO

Cada cuidado tem uma resposta

Os quatro cuidados que mostramos antes viram regras dentro da ferramenta.

Alucinação	Nenhum documento sai sem passar pelo fluxo de aprovação, e o histórico de versões mostra quem aprovou e o que mudou.
Dados expostos	Workspaces por time, edição colaborativa com acesso controlado e compartilhamento externo por link com controle de acesso.
Enxugar gelo	O ciclo começa pela definição das regras de negócio e pelo diagnóstico do documento, com nota, antes de qualquer texto ser gerado.
Falta de padrão	Templates e banco de conteúdo guardam o padrão aprovado, e a estrutura continua organizada mesmo depois de edições, exclusões e reordenações.

Dentro desses limites

O assistente de IA faz o trabalho pesado: **analisa o conteúdo, aponta riscos e converte a informação técnica em documento de fácil leitura.** Um painel acompanha o tempo de criação e os dados de gestão de cada documento.

LEX STUDIO

O ciclo do documento

O Studio segue o conceito de **Document Lifecycle Management (DLM)**, que organiza a vida de um documento em seis fases:

1. **Definição das regras de negócio**
   O que o documento precisa garantir e quem aprova.
2. **Diagnóstico**
   Avaliação do documento atual, com nota.
3. **Estratégia**
   Estrutura e recursos visuais adequados ao público.
4. **Criação**
   Montagem com o assistente de IA, a partir dos templates e do banco de conteúdo.
5. **Validação**
   Aprovação pelas pessoas responsáveis.
6. **Publicação**
   Download em PDF ou Word, ou compartilhamento por link.

São as etapas de um projeto de Visual Law que mostramos antes, com uma fase inicial de regras, **agora reunidas num lugar só.**

CASES

Resultados de quem já usa

Instituição financeira

138x

mais rápida · 99,3% menos tempo

Antes: 6 dias por documento, com revisão

Com o Studio: 21 minutos

Junto Seguros

Contratos de prestação de serviços

60x

mais rápida · 98,3% menos tempo

Antes: 15 horas por documento

Com o Studio: 15 minutos

Fabricante de alimentos

18x

mais rápida · 94,4% menos tempo

Antes: 6 horas por documento

Com o Studio: 20 minutos

FIEMG

Período de testes

~5

documentos por hora

Antes: Nota média de diagnóstico 5,9

Com o Studio: 7 minutos por documento, nota média 7,5

CASE EM DESTAQUE

Junto Seguros

Contratos de prestação de serviços em Visual Law

15 horas → **15 minutos**

O time editava os contratos em Visual Law direto no Word, e cada um levava em média 15 horas. **A gente mapeou e estruturou esses documentos no Studio, e o tempo caiu para 15 minutos.**

Além do jurídico

E esse problema não aparece só no jurídico, né? Por isso o Studio também atende RH, financeiro, comercial e comunicação interna, **sempre que um documento precisa ser entendido por quem não o escreveu.**

- Jurídico
- RH
- Financeiro
- Comercial
- Comunicação interna

Quer ver como funciona?

Agende uma demonstração em **lexstudio.ai**

Agendar demonstração ↗

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visual Law é uma abordagem estratégica de comunicação aplicada ao contexto jurídico e não é uma tendência passageira, pelo contrário.

Seu valor está na capacidade de transformar documentos em ferramentas mais claras, funcionais e alinhadas com os objetivos do negócio. Atrelado a resultados positivos como melhor eficiência operacional do time, relação mais consolidada com seu usuário e ainda levando lucro para seu negócio, fortalecendo o jurídico como parceiro estratégico nas áreas da empresa.

UMA ÚLTIMA REFLEXÃO:

Hoje a primeira coisa que pensamos implementar no nosso negócio é o uso de IA. Automatização de tarefas com IA, agentes de IA como suporte no dia a dia, softwares robustos para gestão de demandas...

Tudo isso é extremamente relevante sim, principalmente na aceleração involuntária que a contemporaneidade nos coloca. Mas como vamos aplicar tudo isso se um fator tão importante, que nos cerca desde os primórdios, ainda não foi resolvida, como a comunicação? Ela é o que nos une, o que nos fortalece e o que nos conecta com parceiros, usuários, áreas internas e ela também precisa de atenção.

Pense nisso, quando o Visual Law é usado com estratégia, foco no usuário e métricas tangíveis ele contribui para decisões mais seguras, relações mais transparentes e processos mais eficientes.

SOBRE OS CRIADORES DESSE E-BOOK:

MANOELA CAMPOS

Head de Design.
Criação e revisão de conteúdo.

RAFAEL CERÁVOLO

CEO da Lex Design.
Criação e revisão de conteúdo.

MARINA SATO

Designer na Lex Design.
Diagramação de conteúdo.

FONTES DAS SEÇÕES SOBRE IA

Recomendação 001/2024, Conselho Federal da OAB ↗

Resolução 615/2025, CNJ ↗

ConJur: multa do TST por jurisprudência inventada (março de 2026) ↗

Migalhas: multa do TJ/PR por julgado inexistente (junho de 2026) ↗

Monitor de tramitação do PL 2338/2023 ↗

lex DESIGN

www.lexdesign.io

Edição 2026 com IA e Lex Studio

Copyright © 2026 Todos os direitos reservados